

A INSERÇÃO NO SERTÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO: O PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO –PETROLINA –PE

Raimunda Áurea Dias de Sousa - Universidade Federal de Sergipe
aureasouza@hotmail.com

O presente trabalho encontra-se em suas etapas finais e tem como objetivo compreender como se deu a expansão do capitalismo, a partir da modernização da agricultura e do crescimento do agronegócio, mediante incentivos do Estado no semi-árido nordestino, especialmente, no Projeto Senador Nilo Coelho – Petrolina PE e como o camponês participa dessa nova política implantada pelo governo no campo.

A área relativa hoje ao Projeto senador Nilo Coelho era de uso de vários trabalhadores de baixa renda que viviam da agricultura familiar camponesa como forma de sobrevivência. Porém, esses camponeses por não disporem do título de propriedade ficaram sujeitos as políticas criadas pelo Estado para modernizar a região via agricultura irrigada.

No sentido de concretizar seu objetivo, o governo inicia sua política de “desenvolvimento” criando os órgãos públicos a exemplo da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) década de 40 e da instalação na década de 70 da 3ª Diretoria Regional da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e o CPTSA (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido) – uma das unidades da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), todos em Petrolina PE.

O principal objetivo a princípio da CODEVASF, era dar condições para a viabilização dos perímetros, promovendo ao mesmo tempo, o desenvolvimento regional e solucionando questões sociais.

Assim, tem início a criação dos perímetros públicos irrigados, dentre eles na década de 80, o projeto Senador Nilo Coelho com 11 núcleos, abrangendo uma área que vai de Petrolina PE e Casa Nova BA. Essa área foi loteada para ser entregue aos agricultores que atendessem aos critérios não normativos criados pela CODEVASF. A preferência dada era para aqueles colonos que tinham aptidão para técnicas mais sofisticadas, ou seja, já tinha algum tipo de experiência com irrigação e que possuíam algum capital para iniciar a atividade agrícola. Nesse caso, o trabalhador camponês que já habitava a área do perímetro, que a princípio tinha prioridade na aquisição dos lotes, não correspondia os demais critérios de cunho capitalista. Nesse sentido, muitos não foram contemplados e outros que nem habitavam a área foram beneficiados. A prioridade, portanto, passa a ser para empresas e não para o trabalhador. A respeito disso Manoel Correia de Andrade afirma:

Tendo sido organizada como uma empresa a CODEVASF visa, naturalmente, à obtenção de lucro, o que faz com, que dê maior atenção, em seus projetos, à ação de grupos empresariais do que à localização de colonos, que são alistados dentre os próprios trabalhadores locais, muitas vezes habitantes das áreas desapropriadas. desaparece assim a prioridade que devia ser dada ao social para facilitar a acumulação de capital, beneficiando grupos econômicos que muitas vezes dispõem de grandes áreas. (ANDRADE, 1983, P. 103).

Na realidade, o atual cenário tem revelado: a consolidação do capitalismo através da modernização imposta pelo capital de uma agricultura irrigada voltada para atender, principalmente, o mercado internacional, gerando assim, no Projeto Senador Nilo Coelho, uma massa de colonos expropriadas de suas terras, uns por não ter conseguido no momento da distribuição dos lotes, outros devido a dificuldade de acesso ao crédito ao agricultor, a falta de assistência técnica pela CODEVASF, dentre outros. É importante esclarecer, que aqueles que possuem a terra, vivem no limite da sobrevivência. Aponta-se que esses trabalhadores expropriados de seus instrumentos de trabalhos foram transformados em empregados temporários das grandes empresas agrícolas instaladas na área do projeto, ou ainda, empregados nos próprios lotes vendidos.

Percebe-se que as ações do governo levaram ao campo uma ampla modernização nas bases tecnoprodutivas no semi-árido nordestino, porém, esse avanço não culminou com a melhoria de vida do agricultor camponês e uma das principais razões para isso foi justamente privilegiar as dimensões tecnológicas e econômicas em detrimento da organização dos trabalhadores, até mesmo as cooperativas criadas no Vale do São Francisco foram imposta pelos órgãos governamentais em que os líderes eram agricultores que não tinham uma visão social do ponto de vista coletivo. Na verdade as cooperativas tinham vários objetivos dentre eles: livrar a CODEVASF daquilo que ela havia criado, servir como meio para conseguir empréstimos bancários, por fim, controle e submissão dos colonos. Para José de Souza Martins, isso é esclarecido da seguinte forma:

Ali, na verdade, os pobres estavam sendo eliminados ou violentamente expulsos da terra em nome, justamente, de um amplo programa nacional de desenvolvimento econômico e de modernização do País. O novo modelo de desenvolvimento não tinha por objetivo a incorporação dos pobres e marginalizados a um sistema econômico moderno. (MARTINS, 1994, p. 84)

Destaca-se que esse desenvolvimento agrícola no Brasil no pós-guerra e em especial no Vale do São Francisco – Projeto Senador Nilo Coelho PE, tem reproduzidas relações tipicamente capitalistas ao mesmo tempo que produz contraditoriamente relações não capitalistas de produção e de trabalho sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital, pois a partir daí ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Mesmo com o avanço da propriedade capitalista, portanto, do capital no Vale do São Francisco, Projeto Senador Nilo Coelho, pode ser constatado que o agricultor camponês não está desaparecendo do projeto, ele se faz presente através da resistência em manter um lote de 6 ha com muitas dificuldades financeira para assegurar o sustento da família, cobrir gastos com a energia e de conseguir empréstimos bancários, uma vez que o capital que o governo financia refere-se um tipo específico de cultura como, por exemplo, o coco que teve uma queda de preço no mercado, obrigando os agricultores eliminar essa cultura e plantar outra no lugar sem conseguir saldar o empréstimo com o Banco. Está, também presente nas relações não capitalistas como: reendeiro, posseiro, parceiro ou ele se torna um trabalhador assalariado como forma de não perder o vínculo

com a terra. “É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”. (Martins, 1980, P. 61).

O Brasil moderno mostrado no Vale do São Francisco - Projeto Senador Nilo Coelho - e em outras partes do país, exige um maior entendimento **a respeito da agricultura familiar. A mesma, atualmente bastante discutida na sociedade brasileira é a grande meta do Governo que a coloca como sendo a saída para resolver os problemas do campo, neste sentido o agricultor deve estar altamente integrado ao mercado e para isso precisa fazer uso de recursos técnicos.**

Ao referir-se ao agricultor familiar os teóricos tem utilizado conceitos de forma diferenciadas, a exemplo daqueles que acreditam que os camponeses inevitavelmente iriam desaparecer a partir do momento que começasse a produzir para o mercado, indo a falência, e conseqüentemente acabariam perdendo ou vendendo suas terras, portanto, torna-se-iam proletários.

Um dos grandes defensores dessa vertente foi Lênin. CONCEIÇÃO (1991) esclarece que para Lênin o assalariamento significava melhoria de vida face a presença do pequeno camponês e sua desintegração se daria pelo mercado, na transformação do consumo natural em consumo monetário ou de pagamento.

Contrário a esta posição. Chayanov acreditava que os camponeses poderiam entrar na circulação do mercado sem provocar a sua desintegração. Para o autor a unidade de produção familiar era capaz de produzir para sua existência, e sua permanência se viabilizava no equacionamento do trabalho e necessidade, produzindo apenas valor de uso, tendo então a funcionalidade do autoconsumo. Nesse caso, o poder aquisitivo estaria limitado pela força de trabalho familiar e pela fadiga sendo regulado pelo grau de sua intensionalidade – o consumo seria limitado pelo equilíbrio trabalho e consumo.

Conforme análise de CONCEIÇÃO (1991) segundo o plano organizativo de Chahanov na unidade de produção não monetária – a necessidade de consumo tem um caráter qualitativo. Para ele, a partir do momento que a unidade ingressa no mercado perde a qualidade e passa a ter um interesse de quantidade. Nesse sentido, a principal condição de equilíbrio para sua permanência é o tamanho da família. A entrada do capital seria estabelecida pelo nível ótimo – regulado pela necessidade onde o ponto de equilíbrio é determinado pela força de trabalho.

A permanência dos camponeses frente a expansão capitalista tem acentuado o interesse de estudos sobre sua identidade. Para SHANIN “há razões para definir camponês e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento”. (p. 1980).

Para o autor, os camponeses continuam existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, mas que as mudanças oriundas do avanço do capitalismo tem tentado modificar essa realidade, pois enquanto a industrialização se desenvolvia o camponês era visto como um atraso, o que torna importante compreender esse sujeito em diferentes momentos históricos.

SHANIN (1980) acredita que a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e sociedade.

Embora, os camponeses sejam marginalizados e a importância da agricultura familiar diminua, entretanto esta não desaparece, mas tem criado novas formas de resistência no campo. Em sua

análise a agricultura demora a ser capturada e não pode ser definida simplesmente como capitalista. Por isso considera o camponês um ser social, uma classe que perpassa por diversos momentos da história, não se limitando simplesmente a um determinado período, ou modo de produção. Dessa forma SHANIN esclarece “sem dúvida, não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário”. (1998, p. 68). O autor continua a argumentar esclarecendo:

Em outras palavras, aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses intermodos é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. (Idem, p. 68).

Ao analisar a permanência das relações camponesas no Brasil sob a ótica das contradições do capital, OLIVEIRA (2001) afirma que a expropriação da terra presente, no país abre possibilidades históricas de retorno, através da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso à terra no Brasil. Daí a propriedade/posse da terra é básica e fundamental a existência desta forma de exploração na agricultura.

Para MARTINS (1980) a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista e sim do trabalhador que não recebe lucro; seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família, portanto, sua produção e reprodução das condições de vida não é regulado pela necessidade de lucro do capital. Entretanto, quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto.

Dentro desse contexto, OLIVEIRA (2001) argumenta que na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria. Nessa unidade de produção existe a presença da renda diferencial. Portanto, a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio.

Nesse sentido, é importante diferenciar as relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção. No primeiro caso, as relações são baseadas na separação dos trabalhadores dos meios de produção, esses trabalhadores devem aparecer no mercado, livre, de toda propriedade, menos de sua força de trabalho. Enquanto no segundo, as relações não-capitalistas podem ser entendidas sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. Ele agora se apropria dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É dentro dessa análise que se deve entender a produção camponesa na atualidade, ou seja, o capitalismo avança e o trabalhador

camponês para continuar na terra, torna-se parceiro, rendeiro, posseiro – fruto do processo de produção do capital que se faz através de relações não-capitalistas.

Portanto, o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível, e com ela a acumulação possa aumentar. OLIVEIRA, 1998, p. 11)

É bom salientar que a produção camponesa diferencia-se da produção capitalista, conforme OLIVEIRA (1986) da seguinte maneira:

Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$, na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula: $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento de vender para comprar. (p.68).

Sendo assim para OLIVEIRA (2001), a produção camponesa é composta dos seguintes elementos:

a) **força de trabalho familiar** - a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo; b) **ajuda mútua** - é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente; c) **parceria** - é decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade. O camponês ao contratar o parceiro divide com ele custos e ganhos; d) **trabalho acessório** - através desse trabalho o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa; e) **a força de trabalho assalariado** - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola; f) **a socialização do camponês** - é através dela que as crianças são iniciadas, desde de pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; g) **propriedade da terra** - na unidade de produção camponesa é propriedade familiar privada, porém, diferente da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração. h) **propriedade dos meios de produção** - exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; h) **a jornada de trabalho** - nesse aspecto a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário

diário como na produção capitalista, a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados.

Assim, é preciso entender nesse contexto a forma como acontece o processo de produção da reprodução camponesa, ou seja, o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária, todavia essa reprodução acontece na atualidade de forma contraditória. Por fim, três outros componentes são fundamentais no processo de reprodução camponesa - os proprietários que especulam terra-mercadoria, o Estado e as cooperativas no campo incorporada posteriormente pelo Estado. Dessa forma, esses elementos atuam de forma contraditória porque são utilizados pelo capital para explorar os trabalhadores.

Ressalta-se que a possibilidade dos filhos dos camponeses se reproduzirem, dar-se a partir do momento que o camponês já está em uma boa situação no mercado, através da acumulação do dinheiro com o produto do trabalho familiar.

FERNANDES (2002) ao analisar o camponês e o agricultor familiar, explicita que no final do século XIX Lênin e Kaustky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os estudiosos da agricultura familiar procuram construir um método de análise ao tentar provar o desaparecimento do camponês, afirmando que hoje o pequeno produtor está se transformando em agricultor familiar, fazendo uso de recursos técnicos, portanto integrados ao mercado.

Seguindo essa abordagem, para o autor a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra, ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, é visto como um estorvo para os que vêem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que vêem sua integração, porque o camponês desenvolve também, a luta contra o capital.

Vale destacar que para FERNANDES (2002) a organização do trabalho familiar existe desde os primórdios e em seu processo de formação a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, mas porque sua recriação tem acontecido na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária.

É importante entender que o processo de empobrecimento e expropriação das famílias trabalhadoras rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital. Portanto, a questão é a subordinação – cujo caráter principal é político. Assim,

como os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo, como concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas. (FERNANDES, 2002, P. 68).

Ao analisar a redução da economia familiar José de Souza Martins, afirma que:

Á sua dimensão econômica deixa de lado o caráter auxiliar da economia em relação à estrutura social e aos valores da organização patriarcal da família rural, mesmo quando se expande e dissemina na cidade. Essa estrutura e esses valores têm funções sociais autoprotectoras em face de uma sociedade que desenraiza e exclui. Tem sido esse o meio de forçar a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que a cada momento se propõem em consequência do desenvolvimento econômico. (MARTINS, 2003, P.162).

Assim, o autor considera que a agricultura familiar, vai além da produção agrícola propriamente dita, isso porque inclui as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação a filhos e netos. Isso quer dizer doações periódicas e remessas econômicas oriundos de ganhos obtidos em outros setores da economia.

FERNANDES (2002) argumenta que os estudiosos da agricultura familiar tem construído a compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Por esse prisma, SILVA (2004) escreve que esse novo é concebido pelos teóricos, não só no que diz respeito a aplicação na atividade agrícola, das inovações técnico científicas, como também de todas as iniciativas sócio econômicas que modifiquem as relações sociais no campo. Dessa maneira, o pequeno produtor é tentado por interesses que o levem a ser esse novo, através de sua entrada na modernização agrícola e como são descapitalizados recorrem ao Banco com o aval do Estado. Todavia, por não conseguirem quitar as dívidas com o Estado, acabam perdendo seu instrumento de trabalho – a Terra.

Ressalta-se que há no campo uma ampla modernização da agricultura fruto do avanço do capitalismo. Essa modernização para SILVA (2004) manifesta-se por vários rostos: agro-indústria, construção de hidrelétricas, construção de açudes, barragens, com vistas a irrigação, canalização dos rios; o Agribusiness, que trouxe a integração entre a empresa multinacional e a pequena produção agrícola; a valorização capitalista pela pequena produção; a inversão na forma de arrendamento, dentre outros aspectos que possam existir. A modernização está ligada os inventos técnicos científicos, frutos do desenvolvimento das forças produtivas sociais para a agricultura, determinando o aumento da produtividade social do trabalho, portanto, refere-se a agro-indústria.

É notório a presença da indústria na agricultura, fruto da modernidade, a exemplo do Vale do São Francisco – Projeto Senador Nilo Coelho – localizado em sua maior parte na cidade de Petrolina PE e a menor em Casa Nova BA, ambas no Sertão Nordestino - com 20.388 ha de áreas irrigadas, principalmente com frutas destinadas ao mercado externo.

Todo esse desenvolvimento evidenciado no Vale do São Francisco e em outras áreas do país segue o processo de internacionalização da economia, ou seja, do capitalismo mundializado, portanto, as unidades de produção camponesas nessa lógica, precisa abrir-se para o mercado. O pequeno

agricultor deve ser um capitalista e sua família necessita estar a serviço do capital, ou então: será excluída do “novo mundo rural” tão proclamado pelo governo brasileiro.

Na análise de MARQUES (2002) o projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e concretização do agronegócio, que tem alcançado resultados positivos, principalmente em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação.

A presença do agronegócio dentro do Brasil, para OLIVEIRA (2003) é resultado do seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. E como resposta a esta lógica o país deve “exportar para importar e importar-se para exportar”, portanto, não há mais limite para a busca do lucro máximo.

Toda essa realidade está dentro do mecanismo da dívida externa – esse mecanismo, segundo OLIVEIRA (2001) não é difícil de ser entendido: “O país fez ou faz a dívida para criar condições ou para ampliar a sua produção. Para pagar a dívida tem que exportar, quer dizer, tem que se sujeitar aos preços internacionais”. (p.22). A análise feita, todavia, é a seguinte: como os preços de matéria-prima tem baixado nas últimas décadas, o país tem que ampliar a produção para continuar pagando a dívida e para esse aumento da produção ocorrer o governo recorre a fontes internacionais atrás do dinheiro, conseqüentemente amplia a dívida, o que faz com que ele tenha que exportar ainda mais; logo, os preços internacionais tendem a cair muito mais no mercado.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira “o Brasil do campo moderno, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo”. (OLIVEIRA, 2003, p. 121).

Ao analisar esse “desenvolvimento” no campo, alguns estudiosos acreditam que para continua pequeno produtor familiar no campo é preciso criar estratégias que garantam sua permanência e uma delas estaria ligada a “pluriatividade” – hoje já disseminada pelo Brasil, inclusive em assentamentos rurais, porém, espalhada totalmente de forma heterogênea.

Na tentativa de mostrar o desenvolvimento contraditório no campo brasileiro, julga-se que a pluriatividade, entendida pela ampliação dos serviços no meio rural, facilitada pela indústria, não é a melhor saída para promover o desenvolvimento rural, visto que esses agricultores, são utilizados como mão-de-obra superexplorada pelo capital que cria e recria suas formas não capitalistas de produção e de trabalho, “embora a condição de duplo trabalhador seja uma estratégia utilizada e valorizada pelos colonos, dado que se constitui na única forma de viabilizar sua reprodução enquanto colono”. (ALENTEJANO, 1999, P. 161). Seguindo esse raciocínio o mesmo autor diz:

Essa linha de interpretação reforça corretamente a idéia de que o desenvolvimento da pluriatividade significa uma forma de acentuação de exploração capitalista, na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo de hoje que apontam para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva que tem como efeito básico o aumento da exploração do trabalho e ampliação da margem do lucro dos capitalista. (Idem, 1999, p. 150)

OLIVEIRA (1986) tem mostrado que as transformações profundas por que tem passado o campo brasileiro nas últimas décadas têm gerado um aumento significativo dos movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho. Um exemplo disso, é o aumento do número de posseiros, evidenciando que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização, por isso procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho camponês, familiar. O autor afirma que esse crescimento revela igualmente que cerca de um quinto dos produtores no campo está em luta aberta pela garantia da posse da terra como meio de produção necessário e fundamental ao trabalho familiar camponês.

Por fim, vale destacar que a modernização da agricultura fez acentuar o problema da terra no país, muito concentrada nas mãos de poucos, resultando num número crescente de trabalhadores do campo que não tem terra para trabalhar ou que são expulsos da terra em que trabalham, dessa forma ficam sujeitos a exploração do capital.

Para subsidiar metodologicamente este trabalho está sendo realizadas entrevistas com: trabalhadores desapropriados e contemplados com lotes; os representantes das empresas agrícolas; representantes dos órgãos públicos e ainda está sendo feito estudos em fontes secundárias sobre a temática em questão, como também uma pesquisa documental nos arquivos das empresas e órgãos envolvidos com o Projeto Senador Nilo Coelho, como: CODEVASF, CHESF, EMBRAPA, SUDENE etc.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

- 1- ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- 2- ALENTENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária Brasileira?, In.Tadesco, João Carlos (org). **Agricultura familiar:realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999, P.148-173.
- 3- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Genealogia do Debate: Lênin e Chayanov**, in A Questão Camponesa: O olhar sob o signo dialético. Dissertação de mestrado NPGeo: Aracaju/SE, 1991, p.13-63.
- 4-FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações**. In. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina. Anais. p. 61- 71.
- 5-MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de Espaço Rural em Questão**, in Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 18, n. 19, jul- dez, 2002, p. 95-112.
- 6- MARTINS, José de Souza. **O Sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2003.
- 7- _____. **O poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- 8- _____. Expropriação e Violência: **A Questão Política no Campo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.
- 9 - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil**, in Revista Terra Livre, São Paulo: AGB; ano 19 n. 21 jul-dez, 2003 p. 113-56.
- 10- _____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

- 11 - _____. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova de concurso para o provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH.USP, 03/03/1998.
- 12 - _____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- 13-SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações, In: **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980, p.43-79.
- 14-SILVA, Lenyra Rique da. **Do Senso-Comum À Geografia Científica**. São Paulo: Contexto, 2004.